

O léxico paulista: o caso do *urubu* e do *corvo* numa perspectiva geolinguística

The lexicon of São Paulo state: the case of the *vulture* and the *crow* from a geolinguistic perspective

Greize Alves Silva-Poreli*

RESUMO: Este trabalho tem como proposta descrever e analisar as variantes lexicais para o seguinte questionamento: “*Qual a ave preta que come animal morto, podre?*” comumente conhecido por *urubu*. Como *corpus* para a análise utilizamos os inquéritos coletados pelo Projeto Atlas Linguístico do Brasil - ALiB em 38 cidades paulistas, totalizando 152 informantes. Propomos descrever a motivação para as designações e também apresentamos um esquema de cartografia experimental utilizando os preceitos da sociolinguística aliados ao método da geolinguística.

PALAVRAS-CHAVE: Variação Linguística. Léxico. Português falado.

ABSTRACT: The aim of this work is to describe and analyze the lexical variants to the following question: “*What is the black bird that eats dead animals, rotten animals?*” commonly known as *vulture*. We use as *corpus* for this analyze the surveys collected by the Linguistic Atlas of Brazil Project – ALiB – in 38 cities of São Paulo state, totaling 152 respondents. We propose to describe the motivation for the designations and also we present a scheme of experimental cartographic process using the precepts of Sociolinguistics combined with the Geolinguistics’ method.

KEYWORDS: Linguistic Variation. Lexicon. Spoken Portuguese.

* Mestre em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina - UEL. Atua como pesquisadora do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB). Atualmente é professora contratada da Universidade Federal do Tocantins – UFT, campus de Porto Nacional. E-mail: greize_silva@yahoo.com.br.

Introdução

Desde tempos remotos há a preocupação em descrever fatos referentes às línguas utilizadas por diferentes povos. Essa preocupação remonta à própria origem do homem que tem no seu linguajar a maneira de expressar o que pensa sobre o mundo que o cerca.

Atrelada à cultura humana está a atividade criadora em designar seres e objetos. Na própria Gênese foi dado ao homem o poder de nomear e dominar toda a criação. Podemos notar o reflexo dessa atividade: a de nomear, presente no léxico de uma língua.

Constituído de um sistema aberto, o léxico, diferentemente da fonética e da sintaxe, expressa a recorrência de um povo na busca por termos que designem seus referentes. Tal fato, associado à atividade criadora do ser humano, nos possibilita verificar a riqueza linguística e cultural da humanidade apresentada em seu vocabulário.

Diante da importância de se trabalhar com o léxico de uma língua, este artigo tem por finalidade descrever e analisar os conceitos obtidos para o questionamento: “Qual a ave preta que come animal morto, podre?” comumente conhecida como urubu ou corvo.

Para tanto, utilizamos como *corpus* as entrevistas realizadas pelo Projeto Atlas Linguístico do Brasil – ALiB¹ em 38 cidades paulistas, perfazendo um total de 152 informantes. Também apresentamos, em caráter experimental, um esquema de cartografia geolinguística com a finalidade de identificar possíveis relações dos conceitos obtidos para a pergunta em questão com os níveis diestrático, diafásico, diasssexual e principalmente diatópico.

¹ Projeto de cunho interinstitucional que tem por finalidade a coleta e descrição da variante brasileira.

Discussão teórica: bases lexicais da Língua Portuguesa

Ao voltarmos à gênese da língua portuguesa, verificamos que a diferenciação do português europeu em relação às outras línguas românicas deve-se à sua localização e à influência celta. Com relação aos substratos do português, Vilela comenta (1994, p. 16), “[...] os celtiberismos, por exemplo, anteriores à chegada dos romanos, constituem substrato em sentido estrito, os germanismos e arabismos, posteriores à romanização, mas anteriores ao aparecimento histórico do galaico-português, são substratos em sentido amplo”. Variadas línguas atuaram na constituição do léxico, como atesta Vilela (1994):

Em conclusão, as fontes do vocabulário são o latim (latim coloquial tardio), o árabe, o provençal e o francês, o latim eclesiástico (por meio das traduções), o latim erudito que influenciou (sintática e) vocabularmente, de um modo muito profundo, o português na língua escrita, do século XVI, o castelhano na época de quinhentos como língua da corte e língua de cultura, e, a partir do século XVIII, o francês e, nos dois últimos séculos, o inglês. (VILELA, 1994, p. 22).

Em relação às variadas bases lexicais que formaram a língua portuguesa, ainda podemos citar, no caso do Português Brasileiro, a língua geral ou *nhangatu* utilizada no final do século XVII. No século XVIII, falava-se duas vezes mais guarani do que português (NASCENTES, 1960). Dessa forma, podemos concluir que a língua nacional brasileira recebeu influências dos indianismos em sua base de formação:

A influência que o tupi, exerceu no português é indubitável, e predominou durante largo tempo, como o estão atestando as inúmeras, designações topográficas e as centenas de vocábulos tupis que penetraram no português do Brasil. É certo que essa influência perdeu já quase de todo a sua ação, e cada vez se irá fazendo sentir menos; é porém inegável não só no léxico e nas pronúncias que o português adquiriu lá, mas em vários fenômenos sintáticos, que por outro modo dificilmente se explicariam. (VIANA, Gonçalves, Palestras Filosóficas, pág. 52, apud NASCENTES, 1960, p. 262).

A língua geral tornou-se tão influente dentro do Brasil que em 1757 foi proibida, com base em um diretório criado por Marquês de Pombal (TEYSSIER, 1997).

A língua brasileira também recebeu significativa influência das línguas africanas, em decorrência do período escravocrata, compreendido entre os séculos XVI e XIX.

A presença das culturas europeia, indígena e africana, firmada de modo diverso na extensão territorial brasileira, aliada aos fatores sociais e a extensão territorial, contribuíram na intensa dialetação nacional. Teyssier (1997) afirma que a diversificação de falares ao longo do país é maior entre os cultos e analfabetos do que as diferenças geográficas, entre falar nortista e sulista, por exemplo. O supracitado autor revela: "A dialetologia brasileira será, assim, menos horizontal que vertical." (TEYSSIER, 1997, p. 98), o eixo horizontal encontra-se classificado como as diferenças geográficas, e a vertical, as diferenças entre falantes das variadas camadas sociais.

Nascentes (1953), em "O linguajar carioca", atesta: "[...] a enorme extensão territorial sem fáceis comunicações interiores quebrou a unidade do falar, fragmentando-o em subfalares [...]. Para isso contribuiu também o modo diferente de povoamento das diversas regiões" (NASCENTES, 1953, p. 16).

Ao analisarmos a variabilidade da Língua Portuguesa no Brasil, faz-se relevante a investigação lexical, por ser a parte menos conservadora da língua, a primeira que apresenta variação, revelando as mudanças sociais e sua carga de influência na fala da comunidade. Os neologismos (novos vocábulos e expressões) surgem, e os arcaísmos (expressões em desuso) deixam de ser utilizados, contribuindo com a renovação vocabular, que faz parte da natureza evolutiva das línguas.

Devido a esse fato, o estudo da língua falada encontra sua importância no registro do léxico, que se renova constantemente e os vocábulos podem nem ser dicionarizados, por se realizarem apenas em plano comunicativo compartilhado na fala, sem registro escrito.

O usuário falante traduz em seu uso lexical influências oriundas da sociedade, da cultura regional, de seu contato com outras culturas e comunidades linguísticas. De acordo com essa realidade, Mário Vilela (1994) aponta:

[...] o léxico é a parte da língua que primeiramente configura a realidade linguística e arquiva o saber linguístico duma comunidade [...] o léxico é o repositório do saber linguístico e é ainda a janela através da qual um povo vê o mundo. Um saber partilhado que apenas existe na consciência dos falantes duma comunidade (VILELA, 1994 p. 6).

Ainda segundo o citado autor, o processo de renovação lexical da língua correlaciona valores de natureza referencial e afetivo, dando aos vocábulos e expressões marcas diatópicas, diafásicas e diastráticas, que apresentam juízos de valor, tais como adesão ou repulsa, desvalorização ou valorização, de acordo com o tempo ou comunidade em que se encontra o falante. Tais aspectos constituem fatores que contribuem na atuação do falante e sua relação direta com a formação ou adaptação de novas de palavras.

Metodologia

Nesta pesquisa, por meio do método geolinguístico, verificamos a distribuição diatópica para o conceito obtido a partir do questionamento: *(064) Qual a ave preta que come animal morto, podre?* (QUESTIONÁRIOS, 2001, p. 26) em 38 localidades paulistas, totalizando 152 informantes.

Os dados são do Projeto Atlas Linguístico do Brasil – ALiB, que tem por finalidade coletar, descrever e analisar aspectos da língua portuguesa falada no Brasil. Utilizamos como *corpus* as entrevistas realizadas pelo Projeto e coletadas pela equipe regional Paraná/Uel.

O perfil do informante segue a metodologia estabelecida pelo Projeto ALiB: ambos os sexos, duas faixas etárias distintas (18 a 30; 50 a 65 anos), ser nascido na localidade e com os pais também nativos; ter estudado, no máximo até a 8ª série. O quadro abaixo se refere ao perfil dos informantes²:

Quadro I: Perfil do Informante

Nº	Sexo	Faixa etária	Escolaridade
1	Masculino	18 a 30 anos	Até 8ª série
2	Feminino	18 a 30 anos	Até 8ª série
3	Masculino	50 a 65 anos	Até 8ª série
4	Feminino	50 a 65 anos	Até 8ª série

(Projeto ALiB – Procedimentos Metodológicos).

As localidades analisadas são, respectivamente: 150- Jales, 151 – Votuporanga, 152 – São José do Rio Preto, 153 – Barretos, 154- Franca, 155 – Andradina, 156 – Araçatuba, 157 – Ribeirão Preto, 158 – Lins, 159 – Ibitinga, 160 – Mococa, 161 – Presidente Epitácio, 162- Adamantina, 163 – Araraquara, 164 – Teodoro Sampaio, 165 – Presidente Prudente, 166 – Marília, 167 – Bauru, 168 – Moji Mirim, 169 – Assis, 170 – Bernardino de Campo, 171 – Botucatu, 172 – Piracicaba, 173 – Campinas, 174 – Bragança Paulista, 175 – Taubaté, 176 – Guaratinguetá, 177 – Itapetininga, 178 – Sorocaba, 179 – São Paulo, 180 –

² O Projeto ALiB entrevista nas localidades interioranas quatro informantes de baixa escolaridade. Porém, nas capitais estaduais esse número é elevado a oito, pois são também contemplados informantes com superior completo. Neste estudo optou-se por não trabalhar com os informantes de nível superior de São Paulo Capital por falta de subsídios de comparação.

Caraguatatuba, 181 – Itararé, 182 – Capão Bonito, 183 – Itanhaém, 184 – Santos, 185 – Ribeira, 186 – Registro, 187 – Cananeia.

As variantes coletadas foram analisadas e as acepções comparadas de acordo com os principais dicionaristas de língua portuguesa e estrangeira: Cunha (1982; 1999), Caldas Aulete (1980; 2004), Houaiss (2002) e Real Academia Espanhola (on-line).

Para melhor visualização, os dados foram agrupados e analisados por faixas etárias, sexo e demonstrados por meio de quadros com gráficos. Por último apresentamos uma proposta de carta linguística com o item lexical em questão.

Um pouco da história de São Paulo

A fundação do que atualmente configura-se como o estado de São Paulo remonta ao século XVI, com as missões jesuíticas, com o objetivo de catequizar o povo indígena. Em 1532 foi fundada por Martim Afonso de Souza a Casa dos meninos de São Paulo de Pitatininga, o que constituiu base para a catequização e educação dos povos originários da localidade e acabou por auxiliar na colonização da região. Localizava-se no interior da capitania de São Vicente e era liderada por Manuel da Nóbrega.

A missão jesuítica da Companhia de Jesus passou a buscar cada vez mais adentrar o sertão em busca de novas almas, sob o auxílio de José de Anchieta, difundindo o povoamento do planalto. Em 1560, a capitania foi elevada à categoria de Vila.

Tito Lívio Ferreira (s/d) afirma que as Vilas paulistas estendiam-se além de suas fronteiras atuais: Angra dos Reis, Parati, Ubatuba, São Sebastião, Santos, São Vicente, Itanhaném, Iguape, Cananeia, Paranaguá, São Francisco do Sul, no

litoral, Guaratinguetá, Taubaté e Jacareí, no vale do Paraíba; São Paulo, Mogi das Cruzes, Parnaíba, Itu, Sorocaba, Jundiaí, Curitiba.

Segundo o autor, as áreas dos bandeiras paulistas atingiam o Peru, Equador, o rio Amazonas, rio Paraguai, o vale do Tocantins, do Araguaia, Rio das Mortes, sertão mato-grossense, campinas do Rio Grande do Sul, e do Uruguai, sertões da Bahia, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão e Pará, vale do Guaporé e do Madeira, e planalto goiano. Após o período de lavoura de cana de açúcar, as bandeiras seguiram viagem ao interior em busca de ouro e desbravamento das Minas Gerais.

No início da colonização predominavam índios e mamelucos e havia o uso da língua geral de base tupi, citado por Teyssier (1997). No fim do século XVIII, a Capitania de São Paulo desenvolveu-se no setor econômico e financeiro; nas vilas de São Sebastião e Ubatuba, fabricavam açúcar e aguardente; em toda capitania, couro e algodão e na vila de Santos, café de qualidade (FERREIRA, s/d). Na passagem do século XVIII para o século XIX, a cultura do café tomou lugar da cana.

Com a vinda da família real para o Brasil, fugindo das tropas napoleônicas, houve o desenvolvimento de todo território com relação à agricultura, química, desenho técnico, etc.

Após o período de Regência e ascensão de Pedro II, consolidou-se a cultura cafeeira em São Paulo. Com isso, o Estado adquiriu *status* nacional, construiu ferrovias e com a abolição da escravatura em 1888, tornou-se necessária a busca de nova mão de obra para cultura cafeeira, que passou a ser provida de imigrantes.

A vinda dos imigrantes impulsionou no desenvolvimento da cultura cafeeira no interior do estado, a industrialização e desenvolvimento de estradas. Minas Gerais e São Paulo passaram a governar o país, com a política do “café com leite”, alternando o controle do país com o advento da República. Segundo Bacellar

(1999), nesse período, a maioria dos imigrantes era de origem italiana, espanhola e portuguesa.

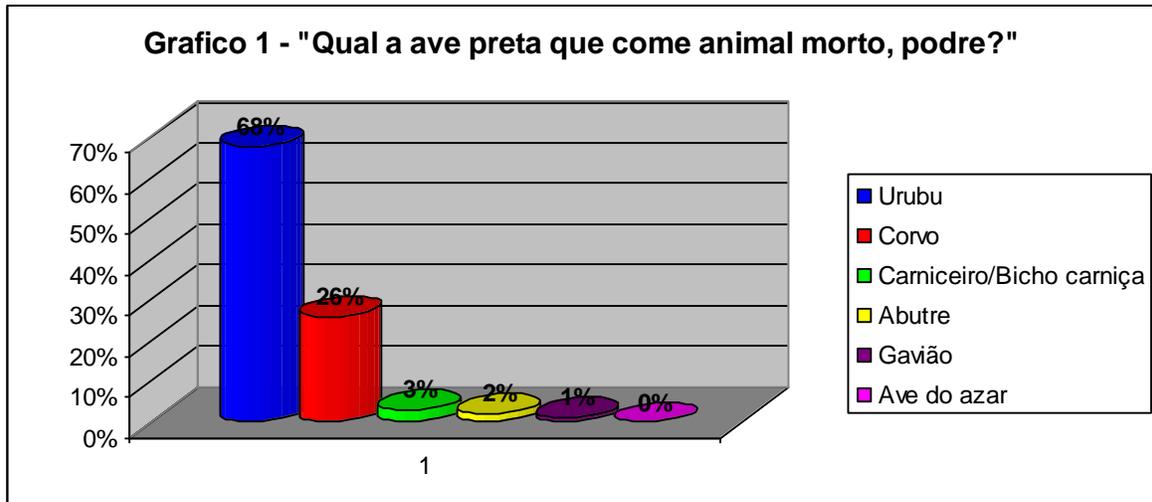
No nordeste paulista onde a cafeicultura tinha maior relevância, houve maior imigração, e entre o século XIX e 1930, a maioria dirigiu-se para Ribeirão Preto, São Simão, Cravinhos e Sertãozinho. No censo de 1920, a população imigrante variava entre um quinto e um terço da população de Ribeirão Preto e vizinhança. A partir de 1921, os trabalhadores foram atraídos para a região Oeste e com as geadas, as famílias instalaram-se na Alta Sorocabana, Araraquarense e Noroeste. Com a ditadura de Vargas, veio a crise cafeeira, o retorno da cultura do café após a segunda guerra, e a partir de 1950, o estado tornou-se maior parque industrial do país.

Para suprir a diminuição de mão de obra, o governo de Armando Salles de Oliveira passou a incentivar a vinda de migrantes para o estado, provindos do Nordeste do país e Norte de Minas Gerais. As cidades que mais receberam migrantes foram: Presidente Prudente, Rancharia, Marília, Martinópolis, Andradina, Presidente Venceslau, Santo Anastácio, Pompeia, Valparaíso, Araçatuba e Presidente Bernardes, vindos nos chamados paus-de-arara, um meio de transporte precário. Os maiores contingentes de migrantes nordestinos encontram-se na capital, São Paulo, que migram até hoje em busca de melhores oportunidades de trabalho.

Discussão e análise dos dados

Ao todo, foram coletadas 206 respostas (somadas as primeiras, segundas e terceiras), distribuídas em seis variantes distintas, a saber: urubu (139), corvo (53), carniceiro/bicho carniça (6), abutre (5), gavião (2) e ave do azar (1). O percentual de variantes foi:

Gráfico 1: Percentual de Variantes



Como podemos perceber, a variante mais difundida é urubu (68%). Ruschi (1979) registra como o *habitat* do animal as zonas tropicais do México, Peru, Bolívia, toda a América Central e todo o território brasileiro.

É o urubu dos campos e das cidades, o mais comum dos urubus do Brasil [urubu preto comum]. [...] Tem a cabeça e o alto do pescoço nus, pretos com toda a plumagem do corpo, asas e cauda. O bico e os dedos são delgados, mas as unhas são pontiagudas e quando em ataque podem ser retesadas e produzir ações dilacerantes; o bico tem extremidade pontiaguda e curva, a fim de facilitar a dilaceração da carniça (RUSCHI, 1979, p. 222).

Aulete (1980; 2004) registra urubu como um brasileirismo zoológico, cujas características são dadas à ave toda negra, de cabeça e pescoço pelados, que se alimenta de carniça. Segundo Cunha (1982), urubu é de origem tupi: *uru'uu* e sua datação consta de 1587. Já Houaiss (2002) traz datação mais recente: 1648 e trata o termo como regionalismo brasileiro.

A segunda variante mais difundida refere-se a corvo (26%) com 53 ocorrências. Cunha (1982) indica que corvo é palavra de origem latina e se refere a uma ave passeriforme, da família dos corvídeos, com datação do século XVIII: *corvus-ê*. Aulete (1980; 2004) indica tratar-se de ave de plumagem preta. O mesmo autor dá como brasileirismo e observa que este nome, por vezes, se dá **erradamente**³ ao urubu. Houaiss (2002) também analisa o termo corvo como uso impróprio para designar o urubu-de-cabeça-preta (*Coragyps atratus*).

Um fato interessante a ser alisado refere-se ao habitat natural dessas aves, pois, enquanto o urubu vive em zonas tropicais como México, Peru, Bolívia e Brasil: “em todos os estados e territórios” (RUSHI, 1979, p. 222), o corvo é encontrado em todos os continentes, com exceção da América do Sul (HOUAISS, 2002).

Dessa forma, como explicar palavras com étimos diferentes – tupi e latim para designar o mesmo referente? Observando a distribuição espacial da variante “corvo”, algumas hipóteses podem ser levantadas, dentre elas a de que corvo, uma ave tipicamente europeia, seja tradição vocabular do colonizador europeu: espanhol ou português.

Cunha (1999) relata que em “Notícias do Brasil – 1587” “*urubus são uns pássaros pretos, tamanhos como corvos, mas têm o bico mais grosso, e a cabeça, como galinha cucurutada*” Câmara Cascudo (1993, p. 776) também apresenta a aproximação entre o corvo europeu e o urubu brasileiro: “*Substituiu o corvo europeu nas fábulas importadas. É o compadre urubu das facécias e fábulas brasileiras.*”

Em trabalho já publicado sobre o tema, Silva (2007) apresenta em esquema de cartografia experimental a análise das variantes coletadas para o Projeto ALiB em 13 capitais brasileiras, somando uma base de dados de 104 registros orais. Neste trabalho a autora observou que nos litorais paranaense e catarinense a variante “corvo” é obtida como primeira respostas.

³ Grifo nosso.

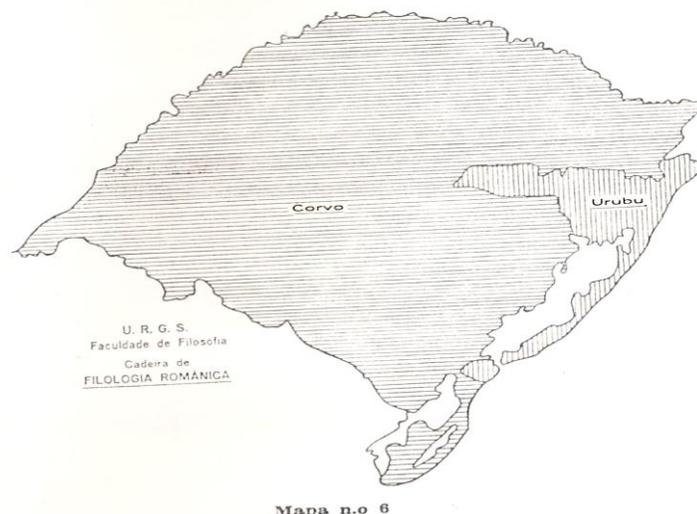
Devemos considerar que o sul do Brasil foi até o século XVIII de domínio espanhol, onde a influência cultural advinda da Espanha e dos países vizinhos demonstra costumes singulares em relação à fala e aos modos:

[...] semelhanças do curitibano ao índio e ao castelhano: ao índio nos costumes, ao espanhol, no uso do cavalo. Esse depoimento do século XVIII (1770) já indicava a identidade existente entre o curitibano e o gaúcho, através dos costumes e hábitos que provém do gênero de vida idêntico (DIÉGUES JUNIOR, 1960, p. 306)

No conhecido dicionário da Real Academia Espanhola, *corvo* está dicionarizado como *cuervo*, uma acepção bem próxima da que conhecemos hoje inserida no léxico popular brasileiro.

No trabalho de Bunse “Estudos de dialetologia no Rio Grande do Sul” (1969) podemos notar que os Estado do Rio Grande do Sul é predominante o uso da variante “*corvo*”; *urubu* seria falado apenas em uma pequena faixa litorânea. Vejamos o esquema:

Mapa Sintético para *urubu/corvo* no Rio Grande do Sul



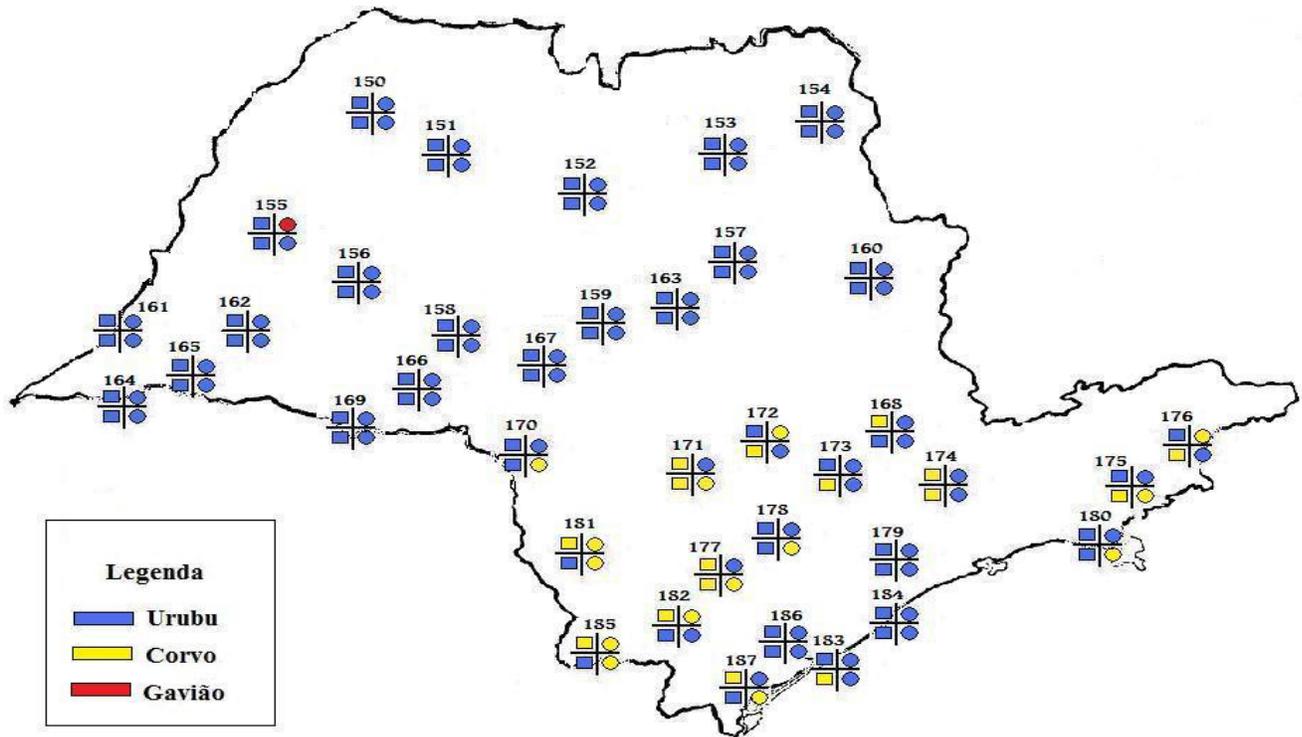
Fonte: BUNSE (1969, p. 54)

Por outro lado, ainda citando Silva (2007), temos a ocorrência de “corvo” em mais cinco capitais estaduais: Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Manaus, onde, segundo Diègues Junior (1960), também foi significativa a presença de grupos açorianos enviados para proteger o estado. Dessa forma, podemos também lembrar que o litoral sul do Brasil também teve colonização açoriana após o século XVII, com a vinda de casais enviados pelo rei de Portugal.

Ao analisarmos a carta experimental do presente trabalho, verificamos uma clara divisão espacial das regiões onde é falado urubu e onde o corvo é conhecido. Em alguns relatos analisados, verificamos que os informantes remetem a variante corvo aos mais antigos e à forma não veiculada pela escola.

Apresentamos uma carta em caráter experimental com a distribuição diatópica para os conceitos obtidos para a questão (064) *Como chama aquela ave preta que come animal morto, podre?*. Os números presentes no mapa referem-se às localidades, dessa forma, lê-se 150 – Jales e 187 – Registro. O lado esquerdo da cruz representa os informantes masculinos (quadrados); já o lado direito são as mulheres (bolinhas). Acima da cruz são os jovens com faixa etária entre 18 e 30 anos; a parte de baixo são os idosos: 50 a 65 anos.

Carta I⁴ – Carta experimental do Estado de São Paulo para a questão
(064) *Como chama aquela ave preta que come animal morto, podre?*⁵



Em uma perspectiva diatópica, nas variantes dadas como primeira resposta na carta lexical, podemos verificar a formação de uma isoléxica da variante “corvo” na região litorânea, que se irradia pelas zonas fisiográficas (pontos 170 – Bernardino de Campo, 171 – Botucatu, 172 – Piracicaba, 173 – Campinas, 174 – Bragança Paulista, 175 – Taubaté, 176 – Guaratinguetá, 177 – Itapetininga, 178 – Sorocaba, 180 – Caraguatatuba, 181 – Itararé, 182 – Capão Bonito, 183 – Itanhaém, 185 – Ribeira, 187 – Cananeia.) com o vocábulo *urubu* alternando com *corvo*. Somente nos pontos 179 - São Paulo, 184 – Santos e 186 – Registro temos

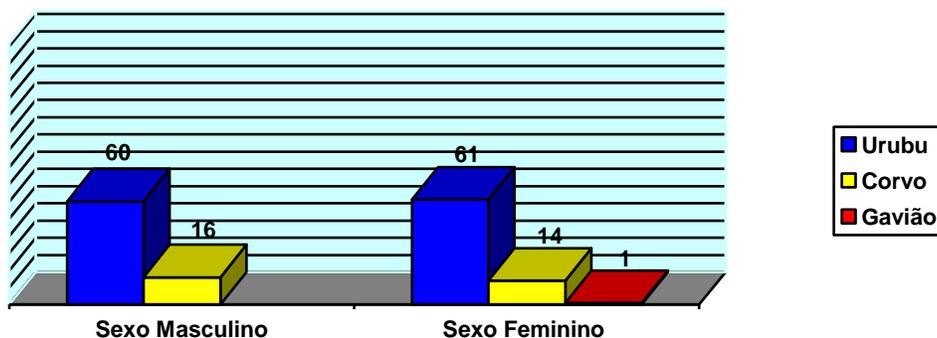
⁴ Carta elaborada *had doc* por Greize Alves da Silva-Poreli, sob a orientação da diretora regional Vanderci de Andrade Aguilera.

⁵ Foram cartografadas somente as primeiras respostas de cada informante. Dessa forma, não estão aqui mapeadas as variantes *carniceiro/bicho carniça*, *gavião* (citada em 186 - Registro) e *ave do azar*.

a predominância de urubu na região litorânea formando uma isoléxica compatível com a do interior paulista. Em Andradina, há a presença de uma *hapax legomenon*, com a forma única gavião, relatada pela informante jovem do sexo feminino como primeira resposta.

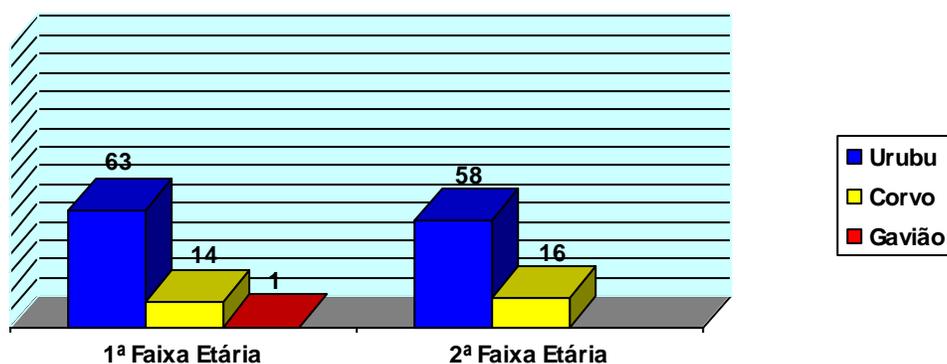
Quanto aos fatores sociais, a variável diasssexual revelou não atuar de forma contundente na diferenciação de produtividade nesta questão, pois, dentre as 152 primeiras respostas à pergunta entre os homens, 60 relataram urubu e 16 a variante corvo. Entre as mulheres, 61 responderam a variante urubu, 14 corvo e uma informante relatou gavião. Podemos comparar esses dados a partir dos gráficos abaixo:

Gráfico 2: Comparação da distribuição das variantes à questão 064 de acordo com fator diasssexual:



De acordo com o fator diagenérico, ou a idade do informante, obtivemos o seguinte gráfico de comparação:

Gráfico 2: Comparação da distribuição das variantes à questão 064 de acordo com fator diagenérico:



Dentre as 152 primeiras respostas coletadas, de acordo com a 1ª faixa etária (18-30 anos), obtivemos 63 respostas *urubu*, 14 relatos da variante *corvo* e uma do vocábulo *gavião*. Ao compararmos com a 2ª faixa etária (50-65 anos), verificamos que há uma pequena diferenciação, com 58 registros de *urubu*, e 16 de *corvo*. Os informantes da primeira e segunda faixa etária utilizam mais a variante “*urubu*”, evidenciando uma tendência a manter a variante esperada e sugerida pela questão como forma mais produtiva.

A influência do fator diagenérico não produziu grandes disparidades entre as respostas coletadas no estado de São Paulo, mas revelou uma pequena tendência ao menor uso da variante *urubu* na segunda faixa etária, e um pouco mais da forma *corvo*, como segunda variante de maior produtividade, quando comparada com a fala dos mais jovens, fato citado pelos próprios informantes.

A informante idosa de Botucatu exemplifica o que acabamos de citar: “*O urubu... corvo. Aqui todo mundo conhece corvo. Urubu já é um nome mais pra... pra escrevê no caderno, mais o que 'cê aprende na escola. Mas na, na... no dia a dia é corvo*”.

Já o informante idoso de Guaratinguetá veicula o termo em questão aos falantes oriundos das zonas rurais, não remetendo a uma variante de prestígio: “*Olha, aqui na roça é corvo. Agora na cidade: “Ah, orubu , orubu”.* Só o pessoal da roça aqui: “*Alá o corvo, dexa aí que o corvo vai comê. Vamo’ interrã pra num fedê que senão os corvo tá aí.*”

Uma terceira variante, com seis (6) registros encontrada nos relatos, refere-se a carnicero/bicho-carniça para designar a ave em questão. O radical *-carnic* nos remete a carniça, enquanto o *-ceiro* designa o autor, ou seja, aquele *que se alimenta de carne, carnívoro* (HOUAISS, 2002).

Por ordem de incidência relatamos também a variante *abutre*, com cinco (5) respostas (2%). Cunha (1982) dá sua etimologia como oriunda do latim *vultur-ûris* e datação do século XV. Já Aulete (1980; 2004) indica que abutre é de uma ave não encontrada em território brasileiro: “[...] Os hábitos dessa ave do gênero Vulture Gyps, correspondem aproximadamente ao urubu do Brasil, que às vezes **erradamente**⁶ é designado por aquele nome”. Houaiss confirma tal hipótese destacando que a ave pertence à Europa, Ásia e África (2002).

Como quinta variante temos a presença do *gavião* com duas (2) respostas (1%), encontrada nos pontos 155 – Andradinha (como primeira resposta) e em 186 – Registro (como segunda resposta). Segundo Houaiss (2002) sua datação é do século XIII, proveniente do germânico *gaviláne*; tratando-se de designação comum às aves falconiformes, da família dos acipitrídeos e falconídeos, cosmopolitas, que, em sua maioria, se alimentam de presas vivas ou de animais mortos. Dessa maneira, a associação entre o urubu e o gavião é realizada pelo informante a partir dos seus hábitos alimentares, mesmo se tratando de aves distintas.

Por último, com apenas uma ocorrência temos a variante *ave do azar* proferida pela informante idosa de Votuporanga. A questão de o urubu estar associado a um animal que traz mau agouro não é prerrogativa dos tempos atuais. Cascudo (1993) faz referência ao animal como sendo uma “ave agoureira e pouco simpática no folclore, egoísta, orgulhosa, solitária”. O folclorista relembra Celso de Magalhães, que indica um dos motivos do animal ser conhecido como animal que traz má sorte, azar:

⁶ Grifo nosso.

Razão também do urubu ser ave maldita. No interior das províncias, é crença que não se deve atirar em um corvo, sob pena de quebrar-se a espingarda e nunca se poder matá-lo. O fato de desfolharem-se todas as árvores em que os corvos fazem pouso, cremos que devido as suas secreções, é também apontado como conseqüência de sua maldição. O corvo quando morre, diz o povo ainda, seca ao tempo e nem as formigas comem. (MAGALHÃES apud CASCUDO, 1993, p.104).

Como pudemos perceber, os conceitos obtidos a partir do questionamento “Qual a ave que come animal morto, padre?” foram produtivos do ponto de vista geolinguístico, isso demonstra a criatividade do falante para designar seus referentes e produz reflexões sobre seu uso. Também pudemos evidenciar o caráter “agoureiro” da ave, muitas vezes classificada como a ave da má sorte, do azar.

Considerações finais

Do contato com o europeu ficaram reminiscências lexicais, é o caso dos termos *corvo* e do *abutre* presentes no falar paulista. Em relação ao “corvo”, animal que não é típico de nossa fauna, fica o questionamento sobre qual povo influenciou tal designação: açorianos ou espanhóis. Ainda podemos falar em influência múltipla, uma vez que São Paulo recebeu as mais variadas etnias em sua composição.

Apesar de verificarmos que os relatos dos informantes demonstram diferenças diastráticas em relação às variantes, nossas análises não registraram variações diassexuais e diagenéricas significativas quanto ao nome atribuído ao animal. Porém é importante destacar a sabedoria popular, com as afirmações acerca do uso das variantes em determinados contextos sociais, que revelam um pouco do processo da construção do riquíssimo universo lexical do falante, como é o caso do relato da informante idosa de Botucatu acerca da variante urubu como

forma mais escolarizada; como o informante idoso de Guaratinguetá, que relata a forma "corvo" como variante rural e "urubu" como urbana.

A variante "urubu" apresentou-se com maior produtividade (68%), seguida de corvo (26%) e carniceiro/bicho carniça, abutre, gavião, ave do azar, com menos de 3% de respostas. A forma urubu encontra-se hegemônica no interior do estado de São Paulo ao verificarmos a distribuição diatópica, formando uma isoléxica, alternando-se apenas com a forma gavião em Andradina. No litoral do estado, urubu covaria com a variante "corvo", e forma outra zona de isoléxica hegemônica em São Paulo, Santos e Registro.

E, suma, percebemos que a maioria das variantes aqui analisadas refere-se à atividade criadora do falante, que ao deparar-se com uma ave não comum ao seu convívio, atribui-lhe um nome que mais condiz com sua realidade social e conhecimento de mundo.

Referências

AULETE, Caldas. *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa 3ª edição*. Volumes I,II,III e IV. Rio de Janeiro: Delta, 1980.

_____. *Minidicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

BUNSE, Heinrich. *Estudos de dialetologia no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Edições Faculdade de Filosofia, UFRGS. 1969.

CASCUDO, L. da C. *Dicionário do Folclore Brasileiro, 7ª edição* – Belo Horizonte: Itatiaia, 1993.

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB. *Atlas Lingüístico do Brasil: Questionários 2001*. Londrina: EDUEL, 2001.

CUNHA, Antonio Geraldo. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

_____. *Dicionário Histórico das Palavras Portuguesas de origem tupi*. 5ª edição. Brasília: Universidade de Brasília: 1999.

DIÉGUES JUNIOR, Manuel. *Regiões Culturais do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de estudos pedagógicos - INEP. Ministério da educação e cultura, 1960, p. 192- 367.

FERREIRA, Tito Lívio. *História de São Paulo*. São Paulo: Gráfica Biblios V.2, s/d.

HOUAISS, Antonio. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*, Versão 1, dezembro de 2001, Editora Objetiva, Instituto Antonio Houaiss.

NASCENTES, Antenor. *O idioma nacional*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1960.

_____. O linguajar carioca. Rio de Janeiro: Simões, [1922], 1953.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Diccionario De La Lengua Española* – 22ª edición, 2000. Disponível em: <http://www.rae.es/> Acessado em 18 de maio de 2007.

RUSCHI, Augusto. *Aves do Brasil*. São Paulo, Editora Rios, 1979.

SILVA, Greize Alves da. *Geolinguística: um estudo no campo lexical da fauna brasileira*. Anais do V Encontro do Curso de Letra da Faccar, 2007. Disponível em: http://www.faccar.com.br/desletras/hist/2007_g/index.html. Acessado em 17 de junho de 2009.

TEYSSIER, Paul. *História da Língua Portuguesa* – tradução Celso Cunha – São Paulo: Martins Fontes, 1997.

VILELA, Mário. *Estudos de Lexicologia do Português*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

Enviado em março de 2011.

Aceito em junho de 2011.